

# IDENTIDADES, INCERTEZAS E TAREFAS DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>

MARIA INÊS AMARO

*Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia  
Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Católica Portuguesa  
ines.amaro@fch.ucp.pt*

## Resumo

Neste artigo é discutida a identidade profissional dos assistentes sociais. Partindo-se do reconhecimento de que se está em presença de uma crise da identidade profissional, apresenta-se a dificuldade heurística (não específica, mas mais profunda no Serviço Social) do tema, apontando-se desde logo a impossibilidade de ser abordado no singular: trata-se, efectivamente, de identidades e não de identidade. Constatam-se o estado de escassez de debate no seio da comunidade profissional sobre este tema e apontam-se tarefas para o Serviço Social no século XXI.

## Abstract

This article discusses the professional identity of social workers. Departing from the point of view that there is an identity crisis in the profession, it is reckoned the heuristic difficulty (not specific, but sounder in Social Work) of the theme, underlining the impossibility of being approached in its singularity: it is actually about identities, and not identity, that it is intended to reflect upon. It is particularly relevant the scarce debate among the professional community on this theme. To conclude, a set of tasks for Social Work in the 21st century is pointed out.

A abordagem às identidades profissionais dos Assistentes Sociais é incontornável quando se pretende aprofundar o pensamento sobre a profissão e afigura-se, por isso, como uma tarefa relevante para a discussão dos seus fundamentos no contexto actual. Não sendo possível assumir a identidade profissional do Assistente Social como algo de unívoco, unidireccional, com delimitações precisas e estático, entende-se que a(s) identidade(s) será(ão) o conjunto de traços comuns que agregam, fecham, produzem sentimentos de pertença e autorizam a que se distinga entre os elementos que fazem parte desse conjunto e os que lhe são exteriores. A pluralidade identitária, sendo um factor presente em todas as profissões (e mesmo um indicador do seu dinamismo interno), é especialmente evidente numa área como o Serviço Social, uma vez que se trata de um agir multifacetado presente, também, numa grande diversidade de contextos sociais e institucionais. Trata-se, antes de mais, da tentativa de aproximação ao tema do que é o Serviço Social, recorrendo a uma abordagem reflexiva que dê conta e integre elementos-chave inerentes à profissão como a sua diversidade de práticas e campos de intervenção, a complexidade com que sempre se confronta na sua praxis, a evolução e as diferentes concepções em presença sobre a profissão e o modo como tem vindo ou não a incorporar as novas categorias emergentes deste tempo de “superação da modernidade” em que o próprio Serviço Social se insere. Sem ter a pretensão de chegar a uma conclusão final sobre o que é a identidade do Serviço Social, até porque tal projecto apontaria para um trabalho de maior profundidade, propõe-se a análise e discussão de alguns aspectos que se consideram críticos para o pensamento sobre a profissão hoje. Qual o processo histórico da profissão? Que evoluções e que momentos-chave se lhe reconhecem? Que identidades para o Serviço Social? Quais as tarefas para a profissão no mundo contemporâneo?


## Palavras Chave

*Serviço Social,  
Identidade Profissional;  
Obscurantismo Identitário;  
Tarefas para a  
Profissão*

...

## Key Words

*Social Work,  
Professional  
Identity, Identity  
Obscurancy, Tasks  
for the Profession.*




## 1 – O velho e o novo na construção identitária do Serviço Social: três grandes momentos agregadores.

Na tradição inaugurada por Mary Richmond, em 1917, com o Diagnóstico Social, a prática do Serviço Social demarca-se definitivamente das formas de intervir não profissionais, consolidando-se como profissão institucionalizada.<sup>2</sup> Os assistentes sociais sentem a necessidade de afirmar o seu profissionalismo, desenvolvendo nesse caminho formas de agir mais rigorosas e sistematizadas. Esta obra seminal de Richmond, que continua a constituir uma referência-chave para quem queira conhecer o Serviço Social, trata disso mesmo – de propor um conjunto de procedimentos organizados para o agir profissional, sistematizar a intervenção, rejeitar o senso comum como guia para a acção e aprofundar um processo de “cientifização” da prática profissional.

A lógica de serviço social proposta nesta obra insere-se naquilo a que se convencionou chamar de «Serviço Social clássico» e que pode ser situado no período que medeia entre a institucionalização da profissão (inícios do século XX) e as décadas de 60 e 70 do mesmo século (momento em que alguns movimentos de renovação ganham vigor), em que surge um pouco por toda a Europa e nos Estados Unidos um questionamento ao establishment não só ao nível do Serviço Social, mas também ao nível da organização social em geral. Esta abordagem é fundamentalmente centrada no caso e almeja propósitos de adaptação do indivíduo ao meio e de racionalização dos recursos e dos processos de intervenção.

Hoje os profissionais percebem esta visão como conservadora, assistencial, tendencialmente discricionária e promotora de relações de dependência entre Assistente Social e respectivo utente, mesmo porque os processos de intervenção são protagonizados por assistentes sociais enquanto «agentes do bem» e guias do percurso dos utentes, numa perspectiva moralizante e ainda caritativa. Deste ponto de vista, e na esteira da discussão encetada por Flexner sobre se o Serviço Social poderia ou não ser uma profissão (1915 cit. in Henriquez, 1999: 77-79), ainda hoje parece ser discutível se se está perante uma profissão de pleno sentido ou apenas de uma prática profissionalizada. Flexner, aliás, argumentava que o facto do Serviço Social se assumir como mediador entre diferentes domínios profissionais e se operacionalizar em diferentes campos de intervenção, tornando o seu objecto vago e difícil de especificar, constituíam óbices ao seu reconhecimento enquanto profissão (2001 [1915]: 160-162).

Pode, porém, considerar-se que se trata de uma profissão a partir do momento em que se refere a uma prática que exige uma formação especializada específica de nível superior, que corresponde a um trabalho reconhecido e que se distingue de outros, que se integra no movimento societário geral de criação de grupos ocupacionais, que tem um papel social atribuído e reconhecido publicamente, que lhe é imputado um sistema de valores aceite e com responsabilidade moral, que corresponde às expectativas atribuídas e que é genericamente olhada como competente e eficaz (Payne, 1996: 156-157). Parece, ainda assim, perdurar na própria formação um sentimento de inespecificidade epistemológica do Serviço Social que acabaria por redundar numa posição de subalternidade deste campo.




Defende-se que um primeiro grande momento agregador e produtor de identidade do Serviço Social é justamente o da institucionalização da profissão e que, até com um propósito de delimitação do campo, se centra numa postura individualista-reformista da prática e do papel do Assistente Social.<sup>3</sup> A intervenção pauta-se por ser personalista, voltada para a regulação e a adaptação do indivíduo ao meio e, portanto, tem um cunho fortemente conservador ou, por outras palavras, “o Serviço Social emerge como uma actividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (Iamamoto, 2000 [1992]: 21). Embora, desde as suas origens, se possa reconhecer a presença de uma tensão que estabelece duas direcções diferentes para o Serviço Social: uma mais conservadora e individual e outra mais progressista e comunitária,<sup>4</sup> é reconhecido que o movimento instituidor da profissão é de natureza, necessariamente, mais conservadora.

Apesar de eleger como enfoque central para a intervenção o indivíduo e o caso, emana desta visão clássica a estrutura tripartida dos métodos em Serviço Social, ou seja, uma prática profissional organizada em torno de três formas distintas e separadas de abordagem ao real: o caso, o grupo e a comunidade. Esta concepção tripartida do Serviço Social foi vigente até aos anos sessenta do século XX, momento em que começou a ser questionada e reequacionada à luz do que veio mais tarde a designar-se por método integrado. Nesta linha, entende-se que não deverá insistir-se numa delimitação estanque da prática profissional por níveis de intervenção, mas que o Assistente Social deverá ser capaz de equacionar as problemáticas que se lhe colocam em termos micro, meso e macro, não descurando também o âmbito das políticas sociais, da administração social e do planeamento e avaliação.<sup>5</sup> A partir desta abordagem integradora é que se deveriam construir os modelos específicos de intervenção.

Esta nova forma de encarar a intervenção do Assistente Social configura uma ruptura com a visão clássica e segue as propostas avançadas pelos movimentos de reconceptualização do Serviço Social.<sup>6</sup> Lê-se, já em 1967, no emblemático Documento de Araxá que “a partir desse novo enfoque, o Serviço Social deverá romper o condicionamento da sua actuação ao uso exclusivo dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, e rever seus elementos constitutivos, elaborando e incorporando novos métodos e processos.” (AAW, 1986 [1967]: 27). Assim se fez, também em Portugal, essa tentativa de superação de divisões internas no Serviço Social, começando pela formação dos profissionais.

Esta renovação do pensamento em Serviço Social influencia muito activamente a realidade do Serviço Social português a partir dos anos sessenta e até aos anos oitenta do século XX, tendo sido revigorada com o 25 de Abril de 1974 e as novas aberturas que acarretou. O crescimento desta nova visão sobre a profissão estimulou o ensejo da classe profissional a um reconhecimento académico, que veio a concretizar-se em 1989 e que se constitui, do ponto de vista aqui defendido, como um segundo grande momento agregador da profissão. É interessante verificar como no período ainda pré-revolucionário da sociedade portuguesa se criaram condições para o questionamento, afirmação e cientificação do Serviço Social, que tiveram nas escolas de Serviço Social, designadamente no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, o seu ponto nevrálgico, constituindo-se, à época, num dos raros contextos de aproximação às ciências sociais.




Começa, desta forma, e antes mesmo do 25 de Abril de 1974, a registar-se por parte de alguns segmentos dentro do Serviço Social uma rejeição da apologia da neutralidade da prática profissional e a afirmação de uma dimensão necessariamente política que atravessa a profissão. Isto significa que logo a partir dos anos sessenta do século XX era possível identificar, em coexistência com a hegemónica visão clássica do Serviço Social, práticas alternativas, centradas numa intervenção territorial de cariz comunitário, na linha da promoção e desenvolvimento social, inclusivamente promovidas pela própria intervenção católica.<sup>7</sup> Mais concretamente, assiste-se “à integração das ciências sociais na formação de Serviço Social e, no quadro de uma política desenvolvimentista e de abertura política da “Primavera Marcelista”, à instauração de novas políticas e organizações sociais no âmbito do grande sector da Assistência do aparelho de Estado, onde surge (meteoricamente) um novo campo de acção social colectiva, com objectivos outros, de natureza promocional. Estas mudanças vão suscitar em algumas práticas institucionais (públicas e privadas) o início e desenvolvimento de uma diversidade de experiências e projectos de «trabalho social» comunitário, onde aparecem, activamente envolvidos, profissionais de Serviço Social, sendo embora segmentos minoritários da profissão. Estes projectos comunitários vão possibilitar outras formas e técnicas de acção no terreno e o surgimento e necessidade de compreensão de outras dimensões que ultrapassam o domínio da relação interpessoal ou grupal (a nível dos métodos de Serviço Social), para se situarem no campo do colectivo, onde emerge e se revela pela primeira vez na experiência profissional, em confronto com o terreno e com as necessidades das populações, a dimensão política” (Negreiros, 1999: 33).

A consolidação desta visão alternativa do Serviço Social e a sua apropriação pelas escolas como a forma «correcta» de se fazer Serviço Social, traduziram-se numa profunda ruptura entre o Serviço Social clássico e o Serviço Social alternativo. Esta dicotomização, que parece ter sido mais empolada pelas escolas do que sentida como uma imposição do terreno profissional, revelou-se por vezes desfasada da realidade, dado que uma grande parte das práticas continuava a situar-se num registo de caso de inspiração funcionalista.

Uma tal dicotomização não deixava de obedecer a uma visão estereotipada e demasiado simplista dos assistentes sociais e é responsável por posicionamentos equivocados ainda hoje presentes nos profissionais, que desvalorizam e se sentem desconfortáveis com certas práticas de carácter assistencial e paliativo, como sendo fruto de uma visão passadista e conservadora da profissão. Ora, como é sabido, até pela crescente densidade problemática das situações profissionais que hoje se apresentam ao Assistente Social, muitas vezes não é possível, pelo menos num primeiro momento, realizar outro trabalho que não seja de natureza paliativa ou assistencial, sendo esse aquele que cumpre uma função social mais evidente.<sup>8</sup> Por natureza, a um trabalho deste tipo não deverá ser atribuída uma carga necessariamente negativa, mas antes será mais procedente uma discussão e clarificação do lugar que deve ocupar no âmbito do desempenho profissional.

Estas duas visões polarizam duas identidades extremas, muitas vezes, desadequadas à realidade de intervenção e que acabam por não oferecer orientadores para a acção com que os profissionais se sintam confortáveis no terreno. Iamamoto, em 1992 (2000), tecia uma crítica à perspectiva do Serviço Social alternativo com base em alguma literatura produzida na América Latina. Os aspectos críticos apontados remetem para um reducionismo analítico, que faz uma



leitura unívoca das problemáticas sociais como fenómenos pró-capitalistas que tendem para a superação revolucionária; para uma diluição das lutas de classes no sentido da sobreposição dos projectos populares com o projecto proletário e de uma visão da sociedade polarizada entre os dominantes e os dominados, e para um simplismo na análise conjuntural, que não diferencia territórios nem subgrupos de análise.


A bipolarização desta análise será, em si mesma, também demasiado redutora da diversidade de visões e propostas profissionais que estiveram presentes na profissão. Considera-se, porém, que apresentam dois extremos, ou dois pólos que balizam as identidades profissionais. Em termos profissionais, a proposta do Serviço Social alternativo aponta para um Assistente Social militante e com uma acção messiânica sobre o tecido social, o que extravasa em muito um domínio estritamente profissional e configura um posicionamento, porventura demasiado voluntarista, sobre o alcance da dimensão política da profissão, ou seja, um tal posicionamento sobre o que pode ser a alternativa ao Serviço Social clássico corre o risco de cair numa “visão messiânica e heróica da profissão, ingénua quanto às possibilidades revolucionárias do Serviço Social e deslocada do solo da história” (Iamamoto, 2000 [1992]: 134-158).

Apesar desta crítica estar direccionada para o que, na esteira do movimento da reconceptualização, se foi produzindo na América Latina sobre o Serviço Social alternativo e sobre os contextos presentes nesse espaço territorial, é possível estabelecer um paralelismo com o desenvolvimento do pensamento sobre o Serviço Social em Portugal. Aliás, a recorrente identificação do Assistente Social com os “salvadores da pátria” ou alguém que vai “mudar o mundo” dá bem conta do messianismo presente também na versão portuguesa do Serviço Social alternativo.

De facto, no contexto nacional, esta visão, aqui designada de alternativa, balizou todo o processo de requalificação do Serviço Social com vista à sua academização, concretizada pelo reconhecimento do grau de licenciatura em Serviço Social, ocorrido em 1989. Como se disse, considera-se este como um segundo grande momento agregador da profissão em Portugal, pois nesse caminho foi necessário mobilizar docentes, estudantes e profissionais para influenciar os poderes no sentido daquele reconhecimento. Por outro lado, a atribuição do grau de licenciatura em Serviço Social e a sequente criação da correspondente carreira técnica superior constituíram-se como pontos de viragem fundamentais no desenvolvimento desta área.

Este processo é profundamente retratado e analisado na obra de Maria Augusta Negreiros que conclui que “na sequência da atribuição do grau académico de licenciatura aos Institutos de Lisboa e Porto, a formação académica de Serviço Social sofre um salto qualitativo em termos da legitimação e reconhecimento social passando, em termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, a situar-se no quadro do Sistema Universitário” (Negreiros, 1999: 24, *itálicos da autora*).

Não obstante, algumas persistentes fragilidades da formação parecem ser responsáveis por um sentimento de insegurança, desconforto e incerteza relativamente à profissão.<sup>9</sup> Ficam, assim, criadas áreas de vazio e silêncio na profissão que obstam à constituição e uma identidade profissional sólida, positiva e mobilizadora do corpo profissional. Assinalam-se uma série de aspectos dos quais o Serviço Social se quis demarcar, rejeitando com isso uma identidade do



passado, mas parece não se ter conseguido consolidar suficientemente uma identidade alternativa capaz de fornecer “pontos de ancoragem” e “algumas respostas” aos profissionais de terreno. A capacidade de visão global sobre as realidades sociais, a perspectiva dos Direitos Humanos e a consciencialização cívica, embora sendo reconhecidos como fundamentais, não parecem ser capazes de alicerçar novas identidades para a profissão.

Veja-se o discurso de alguns profissionais entrevistados,<sup>10</sup>

“não havia uma preparação capaz que desembocasse também numa transmissão que fosse mais ou menos clara e entendível, (...) havia perguntas enquanto alguma que eu achava que tinha que ter respostas (...) e não as tinha (...).” (PC1)

“ficámos muito na esfera do chavão (...), negámos as nossas raízes e não fomos capazes de ir à procura de mais nenhuma.” (IR1)

“de facto a ideia era não há receitas e de facto não há receitas, mas isso ficou-me dito por uma série de pessoas... não há receitas mas nalgumas coisas tem de haver alguns pontos de ancoragem, porque senão nós perdemos-nos...” (IR2)

“embora eu pense que tenhamos passado uma fase, e penso que essa fase criou problemas ao Serviço Social até hoje, que é uma fase de desqualificação da intervenção específica do Serviço Social, ou seja, uma fase de rejeição dos métodos tradicionais(...) para ser uma abordagem muito mais global e até muito mais política.” (DP7)

Efectivamente, a profissão vivenciou um primeiro grande momento agregador com a sua institucionalização e um segundo grande momento de academização, que culmina com o reconhecimento da licenciatura e subsequentes processos de pós-graduação, mas que se inicia desde a década de sessenta com a entrada das influências críticas do movimento da reconceptualização. Argumenta-se que este projecto da academização do Serviço Social não está ainda plenamente consumado, porquanto não é ainda pacífica a inserção do Serviço Social no meio académico e não tem ainda havido uma consistente produção académica, quer por via dos processos de qualificação individual, quer por via do trabalho desenvolvido no âmbito de centros de investigação.<sup>11</sup> Por outro lado, a frágil comunidade científica na área, que de uma forma geral não cria espaços nem estímulo para o debate de concepções, parece implicar que permaneça na agenda dos profissionais o debelar de questões vindas do passado.

A necessidade de afirmação profissional no domínio público e a premência da regulação do exercício e formação profissionais,<sup>12</sup> considera-se que se tem consubstanciado no terceiro grande momento agregador do corpo profissional. Este momento, relevante para a discussão e consolidação da identidade profissional, centra-se na defesa dos atributos específicos à profissão e na delimitação da sua área jurisdicional e julga-se que terá como ponto culminante a criação e reconhecimento da Ordem dos Assistentes Sociais. Este é, como se sabe, um processo ainda em construção.



## 2 – As incertezas de uma identidade incerta do Assistente Social


De acordo com a Classificação Nacional das Profissões, o Assistente Social é tido como um profissional especializado na área das ciências sociais e humanas com capacidade de intervenção, planeamento e investigação e que actua em três níveis distintos: indivíduos, família e comunidade. Recorre a procedimentos especializados, como o diagnóstico ou a entrevista e age com o propósito de identificar e resolver os problemas do indivíduo, grupo ou comunidade, adaptando-o e tornando-o útil à sociedade (IEFP, 2009: 103).

Parece interessante destacar que não se concebe o Assistente Social com um papel na área da administração e gestão de equipamentos sociais. Por outro lado, a função da investigação,<sup>13</sup> pela qual o Serviço Social tanto se tem batido e que consubstancia a sua pretensão de reconhecimento como disciplina universitária, é integrada sem reservas. Decalca-se, também, desta definição uma visão do Assistente Social como agente de adaptação, com uma intervenção centrada no sujeito – ainda que nos diferentes níveis: indivíduo, grupo e comunidade – e nos seus problemas e, conseqüentemente, sem um alcance estrutural nas suas análises e intervenção.<sup>14</sup>

Por seu turno, na definição de Serviço Social aceite pela Federação Internacional dos Assistentes Sociais<sup>15</sup> pode ler-se: “a profissão de Assistente Social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacitação e empenhamento das pessoas na melhoria do ‘bem-estar’. Aplicando teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção na relação das pessoas como meio que as rodeia. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o serviço social” (www.ifsw.org, tradução livre). Esta perspectiva, amplia o alcance da profissão atribuindo-lhe um propósito de mudança social (e não apenas individual) e comprometendo-a com os princípios dos direitos humanos e da justiça social. Uma tal abertura do escopo profissional opõe-se ao reduto em que a instância nacional situa a profissão.

A este propósito, o sincretismo característico do Serviço Social, e conceptualizado por José Paulo Netto (2001 [1992]), pode ser olhado como uma virtude e mesmo como uma marca identitária da profissão. Coloca-a com problemas de delimitação e ancoragem, mas fornece-lhe uma capacidade de elasticidade que a transforma numa prática complexa e operacionalizável em contextos muito distintos. Contudo, aparece evidente que o Serviço Social é posicionado, e para utilizar a terminologia de Habermas, entre o mundo dos sistemas e o mundo da vida, ou seja, cabe a esta profissão estabelecer uma ponte, estabelecer vias de comunicação, entre os sujeitos individualmente nas suas idiossincrasias e as estruturas sociais formais.

Genericamente, o Assistente Social é olhado como um profissional de mediação, no sentido em que Almeida (2001) e Freynet (1999) já exploraram, ou seja, como agente de ligação entre os indivíduos, grupos e comunidades e as estruturas sociais. Quando se aprofunda, porém, é possível encontrar concepções que direccionam a prática profissional para propósitos mais terapêuticos, mais sociais ou mais individuais, retomando a tipologia de Payne (1996).




Ressalva-se, porém, que, em consonância com a própria forma não exclusiva como Malcolm Payne (1996) concebe estas três visões do Serviço Social, as posições são sobretudo intermédias ou hibridizadas face a estas concepções, ou seja, considera-se, por exemplo, que tendo o Serviço Social um cunho essencialmente societário não deverá deixar de trabalhar as dimensões simbólicas relativas ao sujeito e de se debruçar sobre o caso, promovendo alguns níveis de adaptação do indivíduo à estrutura. Na verdade, estas três visões propostas não perfilam três concepções estanques e incomunicáveis da profissão, embora nem sempre seja evidente que entre os profissionais exista uma consciência destes patamares de concepção distintos.

Interessa perceber se estes diferentes olhares sobre a profissão são claramente colocados, manifestos, assumidos, conscientes nas suas oposições e implicações para a prática. Efectivamente, na escassa literatura produzida a nível nacional nesta área pouco se reflecte sobre esta questão e mesmo num plano internacional verifica-se que as publicações tendem a orientar-se para áreas específicas da intervenção profissional (a saúde, a velhice, as crianças e jovens, a etnicidade, etc.) e não tanto para os seus próprios fundamentos.

Consequentemente, denota-se alguma dificuldade entre os profissionais em aprofundar as ideias lançadas sobre as concepções profissionais, em perceber como é que os diferentes eixos de análise se conjugam ou incompatibilizam e em assumir que uma dada concepção aponta ou exclui determinados tipos de prática profissional. É, outrossim, sobejamente sublinhada a excessiva individualidade dos percursos intelectuais no Serviço Social português e a insipiência teórico-científica deste campo como factores explicativos desta falta de clareza e sistematicidade no pensamento sobre a profissão.<sup>16</sup>

A negligência dos profissionais, nomeadamente dos que estão dedicados a uma carreira académica, na publicação e divulgação do conhecimento produzido,<sup>17</sup> a ausência de uma organização sistemática de fóruns de debate, a escassez de profissionais interessados e dedicados ao estudo como actividade principal,<sup>18</sup> é apontada como responsável por uma falta de reconhecimento da área, por uma desagregação identitária dos assistentes sociais, por uma baixa auto-estima da classe profissional e por uma inexistência de figuras de referência fortes. Uma certa «crise de identidade» a que se faz referência dá-se pela desinformação geral, falta de esclarecimento, falta de clareza e falta de aprofundamento das questões. Argumenta-se, desta forma, que antes de mais se está perante um obscurantismo identitário<sup>19</sup> no Serviço Social que obsta à tomada de posições consciente e ao evidenciar do pluralismo presente na profissão.

Uma outra circunstância que concorre para o quadro descrito é o facto de se estar ainda no embrião do que pode ser considerado uma comunidade científica portuguesa do Serviço Social, com características ainda de grande fechamento e endogenia. Alia-se a este aspecto o facto de não existir uma prática de estudo e aprofundamento dos, assim designados, clássicos do Serviço Social, não se dando uma apropriação do património da área nem um reconhecimento do que são as suas reformulações para o presente, estabilizando, assim, alguns traços identitários da profissão. Um tal quadro reforça a ideia de que existe, de facto, um obscurantismo identitário, que é também necessariamente conceptual, teórico e científico no Serviço Social. Esta característica tem um efeito multiplicador/propagador na profissão, dado que tem o seu âmago nas escolas, repercutindo-se, através da formação, para toda a classe profissional.



A este nível, fragilidade parece ser um dos adjectivos que os profissionais consideram que melhor retrata a posição do Serviço Social, resultado de um percurso tardio e moroso de inserção académica. A este processo não é alheia a forma como o ensino universitário ignorou o Serviço Social, enquanto área científica, ao mesmo tempo em que se abria às ciências sociais, no pós-Abril de 1974. Acresce, ainda, a forma como as instituições científicas têm demorado a interessar-se por um investimento sério na investigação, em geral, e na investigação em Serviço Social, em particular.<sup>20</sup>


No terreno, os profissionais manifestam preocupações com a falta de capacidade de afirmação profissional dos assistentes sociais, relacionando-a com este obscurantismo identitário que tem na raiz a falta de consistência de um corpo de conhecimentos próprio. Esta baixa reflexividade dos profissionais conduz, ainda, e segundo os próprios assistentes sociais, a uma prática profissional pobre e a uma fraca capacidade de desmultiplicação das boas práticas existentes. Salienta-se, para ilustrar:

“Eu penso que o Assistente Social não produz estes movimentos que têm que ver com o reforçar a identidade, (...) é preciso que isto seja assumido mais pelos próprios assistentes sociais, desenvolverem esta apetência por lerem o Serviço Social, por aprofundar, por estudar, estudar mesmo, acompanhar as novidades a nível das revistas da especialidade, acompanhar os desenvolvimentos que se fazem em estudos e em investigações, porque isso não se faz, não me parece que se faça com a persistência que eu penso que é necessária. //Penso que há uma grande baixa auto-estima ainda do Assistente Social, coloca-se sempre numa situação em relação aos outros profissionais ainda muito pouco horizontal.” (IR6)

Directamente relacionada com esta questão está a ainda frágil articulação da teoria com a prática. Na verdade, sendo o Serviço Social um campo constituído por um objecto teórico e um objecto de intervenção, as pontes entre estas duas esferas continuam a necessitar de consolidação e aprofundamento. Esta é uma questão que tem ocupado uma boa parte da produção nacional e internacional da área e que dá mostras de que continua a ser necessário afirmar o Serviço Social para além do mero nível executivo e lutar contra o que se conceptualiza como «pressuposto empiricista» (Amaro, 2008). Como aponta Restrepo, “a inclinação por um tipo de pensamento inclinado para a acção obstrui a construção de pensamentos próprios e limita o potencial criativo e inovador da investigação social como dispositivo teórico, metodológico e instrumental de compreensão e interpretação da realidade social” (2003: 136).

Por fim, a reconhecida falta de consciência colectiva da categoria apresenta-se como mais uma causa e consequência de uma “falta de assertividade” da profissão, da “inexistência de figuras referenciais” e da “ausência de motivos de orgulho na profissão”. Apesar das inegáveis conquistas com o reconhecimento da licenciatura e a criação da carreira técnica superior específica do Serviço Social, a profissão em Portugal carece de uma liderança agregadora e mobilizadora, não tendo ainda conseguido conquistar um lugar inequívoco na vida pública.

Por vezes, parece que a circunstância do trabalho do Serviço Social se realizar, em larga medida, na esfera do disempowerment se reflecte para a própria forma como a profissionalidade é vivida




e como a profissão se posiciona no tabuleiro social. Também este fenómeno é o resultado e o reflexo de um debate sobre a(s) identidade(s) do Serviço Social que está ainda por realizar.

### 3 – Tarefas para o Serviço Social contemporâneo

Num recente artigo, publicado da revista *International Social Work*, Silvia Fargion (2008), dando conta dos resultados de um estudo sobre a identidade profissional dos assistentes sociais, refere, entre outras, a existência de uma tensão entre uma visão científica e uma visão humanística do Serviço Social. No fundo, trata-se de compreender a forma como a preocupação científica transformou as visões sobre a profissão e o lugar que a ciência ocupou nessas mesmas visões. Com efeito, o Serviço Social está filiado “numa ideia de progresso através da gestão racional e do tratamento científico dos assuntos humanos” (Fargion, 2008: 213); este, é um dos fundamentos básicos da reivindicação da profissionalidade da área e da necessidade de existência de uma formação específica e de nível superior para o acesso ao campo. A indispensabilidade de demarcação de práticas caritativas, mais ou menos discricionárias e orientadas por desígnios morais acarretou uma tendência para substituir a centralidade da fé cristã por uma espécie de fé na ciência como guia para a intervenção. Tal como noutras esferas, também no Serviço Social, a incorporação de uma racionalidade instrumental estrita não é isenta de problematização e de questionamento: que abordagens científicas melhor servem a profissão? Devem ser hegemónicas? Como se devem relacionar com outras formas de conhecimento?

Não tem sido, efectivamente, pacífica a coexistência das esferas da “cabeça” – os procedimentos, a interpretação das problemáticas, o planeamento e a avaliação – e do “coração” – a empatia, o desenvolvimento de relações, a construção de narrativas – no desenvolvimento da profissão. Robert Lecomte coloca a questão da seguinte forma: “Alguns orientarão a sua formação em função do ‘método científico’ que julgam essencial para o desenvolvimento da profissão. Nesta óptica, os assistentes sociais devem orientar a sua prática pelo conhecimento proveniente da investigação empírica, quantitativa e objectiva. Outros colocarão a ênfase na acção sobre os aspectos qualitativos, ideológicos e ‘artísticos’ dos conhecimentos e das intervenções e sublinharão como vantajoso o seu carácter subjectivo e político” (in Deslauriers e Hurtubise, 2000: 21-22). A partir desta posição, é importante clarificar que, embora a segunda abordagem se caracterize por ter de forma consciente e assumida uma dimensão mais ideológica e política, isso não significa que a abordagem mais «científica» seja estéril em tais dimensões. Pelo contrário, a pretensão de atingir a neutralidade e objectividade da prática e o não questionamento da ordem instituída encerra, em si mesma, elementos que apontam para um processo de “sacralização da técnica” (Restrepo, 2003: 138) que é, afinal, ideológico.

Esta concepção do Serviço Social como tecnologia social, por oposição à arte, vem, aliás, na linha da proposta de Ander-Egg, que define o Serviço Social nestes termos, implicando com isso que se trata de uma prática profissional em que é a teoria que “guia e orienta a transformação da realidade” (1996 [1992]: 135). Paralela a esta concepção, é a que coloca o Serviço Social como uma engenharia social, ou seja, como uma profissão fundada na ideia de que a acção organizada e cientificamente dirigida sobre o homem e a sociedade permite transformar para melhor



esses alvos de intervenção. Assim, defende-se a posição de que o estudo sistemático e extensivo da realidade social permite encontrar soluções para os problemas que, a partir do exterior e de forma equivalente em todas as situações de natureza semelhante, podem ser aplicadas com sucesso. Neste sentido, o conhecimento científico recolhe dados da realidade e desenvolve-se com o objectivo de emanar orientações normativas e procedimentos para a prática.<sup>21</sup>

Esta é uma concepção que ganhou força com os movimentos de profissionalização do Serviço Social e consequente necessidade de afastamento de práticas com um cunho mais amador. Numa sociedade crescentemente tecnificada, em que a ciência aliada à técnica e ao sistema produtivo dão centralidade a um tipo de racionalidade instrumental dos resultados, da eficiência e da eficácia, a própria estratégia para o reconhecimento desta área passou por enfatizar a sua aproximação à ciência com a consequente tecnificação dos seus procedimentos. Uma tal atitude profissional acaba, também, por ser aquela que melhor combina com instituições sociais crescentemente preocupadas com a avaliação de resultados e com os desígnios do managerialismo, na sequência, aliás, de um processo de burocratização das práticas, e em paralelo da profissão, que foi ganhando cada vez maior expressão com a instauração e expansão do modelo de Estado-Providência em Portugal. Daí que se constate que “o ‘pensamento iluminista [positivista]’ provavelmente representa o modelo de prática profissional mais largamente legitimado” (Fargion, 2006: 269).

Não obstante a legitimação conquistada, este perfil levanta problemas e não dá conta de todos os aspectos críticos para uma prática profissional de qualidade em Serviço Social. Assim, desde pelo menos a década de oitenta do século XX, têm vindo a ganhar voz correntes críticas a este perfil que apontam para a necessidade de discutir o que se entende por ciência e o que é ou não científico e que recuperam alguns aspectos de concepções passadas do Serviço Social, designadamente, a dimensão artística e relacional de que não deve abdicar. Estas perspectivas, antes de mais, propõem uma revisão das concepções de ciência que passa pela recusa de uma abordagem inscrita no positivismo, devedora de uma concepção do investigador/perito como uma entidade externa e distanciada da realidade estudada, que confunde conhecimento do mundo com quantificação do mundo, que acredita na possibilidade de separação total entre sujeito e objecto e que se considera a-política e a-moral.<sup>22</sup>

Pode, então, considerar-se que as duas designações habituais desta profissão – Técnico Superior de Serviço Social e Assistente Social – encerram duas concepções identitárias distintas do Serviço Social no presente. A primeira é eminentemente racional, positivista e virada para os resultados; a segunda é essencialmente relacional e simbólica, atenta, sobretudo, ao processo. Estas duas identidades-tipo da profissão são conflictantes, mas na realidade concreta apresentam-se de forma matizada e complementar. Acresce que, de uma forma muito recorrente, estas identidades não se expressam de um modo muito consciente e esclarecido, reforçando o obscurantismo identitário atrás referenciado.

Esta questão das designações não é de somenos importância quando se quer reflectir sobre a identidade da profissão e a forma como é concebida esta área e como os profissionais sentem que devem cumprir o seu papel. Parece haver entre os profissionais uma forte propensão para a identidade de Assistente Social, mas um reconhecimento que a prática está dominada pelo perfil científico-burocrático do Técnico Superior de Serviço Social, não apenas porque as



instituições assim o exigem, como também porque as escolas e a socialização inter pares para aí os remete.

“eu vejo lá os colegas às costas com 300, 400, 500, 600 processos, portanto, diz-me como é que as pessoas podem olhar e não tentar fazer a mera gestão (...), mas um trabalho sério para levar até ao fim é humanamente impossível (...).” (IR2)

“se olharmos hoje para as políticas sociais, elas são muito mais arrumadas no sentido em que criam dispositivos, saem normas, saem manuais de boas práticas, saem não sei quantas coisas, o que significa uma outra coisa: é muito difícil às vezes para um profissional encontrar um espaço que não seja esse (...).” (DP3)

Se o Técnico Superior de Serviço Social preconiza uma prática evidence-based, o Assistente Social aponta para uma prática relational-based. Esta distinção revela-se, ainda, consistente com os resultados de um estudo publicado em 2007 que constata que “as tendências teóricas no Serviço Social passaram de uma lógica relationship-based para uma lógica evidence-based, em que se espera que a intervenção com os utentes se salde em resultados estatisticamente mensuráveis e em que a investigação é vista como a fonte das orientações mais claras para a prática futura. Tais abordagens sugerem que o resultado é agora visto como mais importante que o processo (...)” (Butler, Ford e Tregaskis, 2007: 282).

Esta dicotomização presente na construção identitária do Serviço Social contemporâneo também traduz e reflecte as tensões existentes, e com que o Serviço Social se defronta, nas sociedades actuais. De facto, o mundo contemporâneo apresenta um conjunto de realidades paradoxais, que não cabe explanar minuciosamente neste artigo, mas que acarretam profundas mutações no campo profissional do Serviço Social, abalando os seus pilares identitários e pondo a descoberto as fragilidades e incertezas a este respeito. Desde logo, essas realidades paradoxais passam por se constatar uma crescente complexificação do real, em que ao Assistente Social se apresentam situações com uma densidade problemática cada vez maior, ao mesmo tempo que se exige uma maior rapidez e pragmatismo na resposta – trata-se do paradoxo da simplificação das práticas frente à complexificação das realidades.

Daqui decorre que, tendencialmente, as práticas profissionais dos assistentes sociais têm vindo a pautar-se pelo procedimentalismo, pela lógica da gestão, por critérios de eficiência e eficácia, por uma preocupação com a optimização dos recursos e dos tempos, que se tem revelado pouco capaz de integrar uma sensibilidade para o outro na sua circunstância, na sua complexidade e na sua especificidade. Esta aparente “perda de sentido” do Serviço Social tem vindo a ser apresentada como um perigo de desprofissionalização desta área (Dominelli, 2004; Webb, 2006) e impele para a necessidade de uma reconfiguração identitária da profissão.

Perante as incertezas e desafios com que o Serviço Social contemporâneo está confrontado e respondendo a esse apelo para a reconfiguração identitária, considera-se que há cinco tarefas fundamentais que podem ser imputadas à actual agenda da profissão:



### 1. Lutar contra a aceleração do tempo

Seguindo a análise de Hermínio Martins (1998), considera-se que está patente no mundo actual um processo de aceleracionismo escatológico, possibilitado pelo avanço da tecnologia aliada ao sistema económico, que preconiza um processo em espiral de aumento da velocidade que prossegue em nome da capacidade de conseguir ainda uma maior rapidez. Este processo resulta na criação de uma realidade cada vez mais acelerada, que se faz sentir também ao nível da intervenção social. Assume uma importância crescente a ideia de rapidez na intervenção, quer em cada acto técnico em particular, quer ao nível da globalidade dos processos. Os benefícios desta “pressa” na intervenção estão por comprovar e, de facto, são preconizados em nome da própria rapidez da intervenção e pagando o preço da superficialidade na relação.


Num mundo de crescente complexidade social, pautado pelo risco, pela incerteza e pela falta de confiança, parece que um dos papéis fundamentais do Assistente Social será o de securizar, estabelecendo relações estáveis e de longa duração com os seus públicos. A suposta reconstrução identitária (Soulet, 2007) como principal função assumida pelos assistentes sociais da actualidade não é compatível com o curto prazo e a fragmentação presentes nos contextos institucionais. Considera-se, por isso, que cabe ao Assistente Social como tarefa para sua integridade profissional resistir e mesmo rejeitar as tendências para a aceleração do tempo presentes nos processos de intervenção.

### 2. Promover a produção e o debate científico no Serviço Social

Sem corpo de saberes e sem actores referenciais, o processo identitário das profissões perde as suas âncoras (Payne, 1998; Almeida, 2002; Faleiros, 2006; Amaro, 2008; Fargion, 2008, entre outros). No Serviço Social português, para além de escassa, a produção teórica está pouco disponível, o que em nada contribui para o debate e para o esclarecimento das diferentes perspectivas sobre a profissão. Com vista a uma consolidação identitária (mas não apenas para este fim) é crucial o desenvolvimento e afirmação de uma comunidade científica activa, influente e consolidada nesta área. O estímulo à reflexão colectiva no Serviço Social representa a consumação do projecto de academização, que foi apontado como segundo momento agregador do percurso da profissão em Portugal, mas ainda por acabar, e a justa ambição do Serviço Social poder reivindicar para si um campo de pensamento próprio.

### 3. Encontrar formas de regulação da profissão

A proliferação de ofertas formativas que, sob a designação de Serviço Social, apresentam os mais variados perfis profissionais, conjugada com a crescente permeabilidade do mercado de trabalho e, portanto, do campo jurisdicional da profissão, leva a que hoje exista uma multiplicidade de profissionais que se podem arrogar do título de Assistente Social. Esta situação contribui, de facto, para uma diluição ou mesmo deterioração do património identitário do Serviço Social, alargando de tal forma o escopo, que o torna numa massa disforme.



Contrariar uma tal tendência exige a definição de mecanismos de regulação de entrada e acesso à profissão, de que a constituição da ordem é um exemplo, por excelência. Este, apontou-se atrás, constitui como um terceiro momento agregador da profissão.

#### 4. Contrariar a tendência para um finalismo metodológico

Contextualizados num ambiente que, como se viu, preconiza uma racionalidade de custo/benefício, de competitividade e de optimização ao limite, os profissionais tendem para a racionalização e padronização das práticas, tornando-as quantificáveis e mensuráveis. Alia-se a este fenómeno um outro que, ao confundir ciência com ciência positivista, apresenta como prática mais científica (logo, melhor) aquela pautada pelo tipo de critérios acima descritos. Neste processo, encontra-se a tendência para atribuir aos meios o estatuto de fins. Assim, a metodologia, o procedimento, o indicador de avaliação, mais do que o Outro enquanto pessoa, as suas necessidades e os seus particularismos, passam a pautar os passos e a direcção da intervenção, transformando-se na sua finalidade. A esta inversão de meios em fins atribuiu-se a designação de “finalismo metodológico”, considerando-se que é uma tendência presente e que deve ser contrariada.

#### 5. Assumir sem receio as dimensões estético-expressiva e ético-política da profissão

A influência dos princípios da ultra-racionalidade vigente no mundo contemporâneo, conjugada com a necessidade de afirmação profissional do Serviço Social, fez com que, gradualmente, a profissão se fosse despidendo das suas dimensões mais subjectivas, mais “artesanais” e mais simbólicas e fluidas, em favor de uma abordagem mais “científica” e, de alguma forma, mais legitimadora do estatuto profissional da área. No entanto, argumenta-se que uma parte importante da especificidade identitária do Assistente Social é exactamente a sua capacidade de olhar, de compreender e de se relacionar com o outro numa perspectiva de mudança, não apenas individual, mas também contextual.

Por outro lado, o Serviço Social fica desprovido de identidade se se assume como ascético e sem posicionamentos. Assim, é importante que se compreendam claramente quais as implicações políticas de cada uma das perspectivas sobre o Serviço Social em presença, assumindo sem problemas que coexistem diferentes olhares sobre o mundo e sobre o papel que a profissão deverá ter com as suas formas de agir.


Em jeito de conclusão, vale a pena salientar que se encontram no seio da classe profissional sobretudo identidades híbridas situadas em diferentes meios-termos entre um perfil mais tecnocrata e um perfil mais humanista. Estas identidades são, não raras vezes, pouco esclarecidas relativamente aos seus fundamentos e implicações e transparecem uma presença insistente entre os profissionais de sentimentos de insegurança, angústia e baixa auto-estima profissionais. Considera-se que a concretização da agenda proposta poderá contribuir para o esbatimento de tais disposições e ser um passo para que o Serviço Social se reinvente e contribua para a reinvenção do mundo num tempo de turbulências e de inquietações.



## Bibliografia

- AAW (1986 [1967]), “Documento de Araxá – teorização do Serviço Social” in CBCISS, Teorização do Serviço Social, Livraria Agir, Rio de Janeiro, pp. 11-45.
- Almeida, Helena Neves (2001), Conceptions et Pratiques de la Médiation Sociale. Les Modèles de Médiation dans le Quotidien Professionnel des Assistants Sociaux, Fundação Bissaya-Barreto/Instituto Superior Bissaya-Barreto, Coimbra.
- Almeida, Helena Neves (2002), “Mediação, um conceito e uma prática identitária do Serviço Social” in B. Alfredo Henriquez, e Maria André Farinha (org.s), Serviço Social: Unidade na diversidade, APSS, Lisboa, pp.75-93.
- Amaro, Maria Inês (2008), “Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença” in Locus Soci@l, nº1, pp. 65-80.
- Amaro, Maria Inês (2009), Urgências e Emergências do Serviço Social Contemporâneo: contribuições para a discussão dos fundamentos da profissão, tese de doutoramento em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (texto policopiado).
- Ander-Egg, Ezequiel (1996 [1992]), Introducción al Trabajo Social, Siglo XXI de Espana editores, Madrid.
- Branco, Francisco (2009), “A investigação em Serviço Social em Portugal: trajetórias e perspectivas” in Locus Soci@l, nº 1, CESSS/FCH-UCP in <http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial>, pp.48-63
- Butler, Avril; Deirdre Ford, e Claire Tregaskis (2007), “Who do we think we are?: Self and reflexivity in Social Work practice” in Qualitative Social Work, nº 6, Sage, Londres, pp. 281-299.
- Dominelli, Lena (2004), Social Work – Theory and practice for a changing profession, Polity Press, Cambridge.
- Faleiros, Vicente de Paula (1983), Metodologia e Ideologia do Trabalho Social, Cortez, São Paulo.
- Faleiros, Vicente de Paula (2006), “O Serviço Social no mundo contemporâneo” in Lúcia Freire, Silene Freire, Alba de Castro (org.s), Serviço Social, Política Social e Trabalho – Desafios e perspectivas para o século XXI, Cortez, São Paulo, pp. 23-44.
- Fargion, Silvia (2006), “Thinking professional social work – expertise and professional ideologies in social workers’ accounts of their practice” in Journal of Social Work, nº 6, Sage, Londres, pp. 255-273.
- Fargion, Silvia (2008), “Reflection on social work’s identity – international themes in Italian practitioners’ representation of social work” in International Social Work, nº 51, Sage, Londres, pp.206-219.
- FIAS, Definition of Social Work, in [www.ifsw.org](http://www.ifsw.org).
- Flexner, Abraham (2001 [1915]), “Is Social Work a profession?” in Research on Social Work Practice, vol. 11, nº 2, Março, Sage, Londres, pp. 152-165.
- Freynt, Marie-France (1999), Les Médiations du Travail Social, Chronique Social, Lion.
- Garcia, José Luís (2004), Engenharia Genética dos Seres Humanos, Mercadorização e Ética, tese de doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Lisboa-Instituto de Ciências Sociais, Lisboa (texto policopiado).
- Henriquez, B. Alfredo (1999), “A teoria funcionalista das profissões e o Serviço Social” in Maria Augusta Negreiros, Alcina Martins, B. Alfredo Henriquez, e Josefina McDonough,

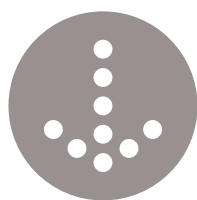
- Serviço Social, Profissão & Identidade: Que trajectória?, Veras Editora, Lisboa, pp. 67-98.
- Iamamoto, Marilda (2000 [1992]), *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, Cortez, São Paulo.
- IEFP (2009), *Classificação Nacional das Profissões* in [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt).
- Lecomte, Roland (2000), "La nature du travail social contemporain" in Jean-Pierre Deslauriers, e Yves Hurtubise, *Introduction au Travail Social*, Les Presses de l'Université Laval, Québec, pp. 17-33.
- Martins, Alcina (1999), *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Martins, Alcina (2002), "Investigação em Serviço Social: perspectivas actuais" in B. Alfredo Henriquez, e Maria André Farinha (org.s), *Serviço Social: Unidade na diversidade*, APSS, Lisboa, pp. 50-59.
- Martins, Alcina (2008), "Investigação em Serviço Social no Portugal contemporâneo. Paradoxos e desafios" in *Locus Soci@l*, nº 1, CESSS/FCH-UCP in <http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial>, pp.32-47
- Martins, Hermínio (1996), *Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social*, Século XXI, Lisboa.
- Miranda, J. Bragança de. (1994), *A Analítica da Actualidade*, Vega, Lisboa.
- Negreiros, Maria Augusta (1999), "Qualificação académica e profissionalização do Serviço Social – o caso português" in Maria Augusta Negreiros, Alcina Martins, B. Alfredo Henriquez, e Josefina McDonough, *Serviço Social, Profissão & Identidade: Que trajectória?*, Veras Editora, Lisboa, pp. 13-44.
- Mouro, Helena (2009), *Modernização do Serviço Social – da sociedade industrial à sociedade do risco*, Almedina, Coimbra.
- Netto, José Paulo (2001 [1992]), *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, Cortez Editora, São Paulo.
- Nunes, Helena (2004), *Serviço Social e Regulação Social – Agência do Assistente Social, Estratégias Criativas*, Porto.
- Pais, José Machado (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- Payne, Malcolm (1996), *What is Professional Social Work?*, Venture Press, Londres.
- Payne, Malcolm (1998), "Social work theories and reflective practice" in Robert Adams, Lena Dominelli, e Malcolm Payne, *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates*, MacMillan Press, Londres, pp. 117-137.
- Parton, Nigel (2004), *Constructive Social Work – towards a new practice*, MacMillan, Londres.
- Passarinho, Isabel (2008), "Assistente Social – percursos e construção identitária" in *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 06, [sisifo.fpce.ul.pt](http://sisifo.fpce.ul.pt), pp. 21-34.
- Restrepo, Olga (2003), *Reconfigurando el Trabajo Social – perspectivas y tendencias contemporáneas*, Espacio Editorial, Buenos Aires.
- Richmond, Mary (1950 [1917]), *Diagnóstico Social*, Instituto Dr. Ricardo Jorge, Lisboa.
- Rodrigues, Fernanda (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, CPIHTS/ISSS-Coop, Lisboa.
- Rodrigues, Marlene (2007), *Corpo, Sexualidade e Violência Conjugal – Análise e intervenção social*, CPIHTS/Veras, Lisboa.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995 [1987]), *Um Discurso sobre as Ciências, Afrontamento*, Porto.

- 
- Santos, Clara Cruz (2009), *Retratos de uma Profissão – a identidade do Serviço Social*, Quarteto, Coimbra.
- Soulet, Marc-Henry (2007), “Le travail social palliatif: entre réduction des risques et intégration relative” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 15, pp. 11-27.
- Webb (2006), *Social Work in a Risk Society – Social and political perspectives*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.

## Notas

- 1 O presente artigo, apesar de ter na base a comunicação apresentada no 1º Seminário de Inverno do CESSS e Programa de Doutoramento da FCH/UCP (28/11/2008), retoma em larga medida as ideias contidas no Capítulo 5 da tese de doutoramento em Serviço Social intitulada *Urgências e Emergências do Serviço Social Contemporâneo: contributos para a discussão dos fundamentos da profissão* (2009: 180-227), desenvolvida pela autora.
- 2 Apesar de se argumentar que este marco se insere no processo de afastamento do Serviço Social das formas filantrópicas e caritativas de acção social, é preciso notar que a obra de Mary Richmond foi produzida no âmbito das actividades desenvolvidas na Charity Organization Society, que desenvolvia uma acção de carácter assistencial preconizada pela Igreja.
- 3 Malcolm Payne identifica três perspectivas que atravessam o Serviço Social: a individualista-reformista; a socialista-colectivista e a terapêutico-reflexiva. Cada uma destas visões reflecte uma forma de encarar a questão da ordem social e o papel do Serviço Social na sua criação, manutenção e transformação. Numa perspectiva individualista-reformista a ordem social existente é aceite e atribui-se ao Serviço Social um papel de ajudar os indivíduos a ajustar-se/adaptar-se à realidade vigente. A causa dos problemas é essencialmente situada no indivíduo e ao Assistente Social cabe ajudá-lo a encontrar formas de os resolver. Na visão socialista-colectivista a ordem social é questionada e olhada como geradora de problemas e injustiça social. Neste pressuposto a prática profissional passa por uma acção de correcção das injustiças e de capacitação dos indivíduos para transformarem o sistema instituído. Por fim, a posição terapêutico-reflexiva não elege o pensamento sobre a ordem social como central e considera que o Serviço Social tenderá, sobretudo, a potenciar nos indivíduos o seu desenvolvimento pessoal e humano e trabalhar as estruturas sociais para facilitar um tal desenvolvimento (Payne, 1996: 180-186).
- 4 Sobre esta questão vale a pena explorar os contributos de Mary Richmond e de Jane Addams para a profissão.
- 5 Em alguns contextos, não obstante, esta diferença de enfoques na intervenção acabou por dar origem a práticas muito diferenciadas e que profissionalmente se tornaram distintas. É este o caso da divisão entre *case-workers* e *community workers*, consagrada nos Estados Unidos e no Canadá a partir dos anos setenta do século XX (Faleiros, 1983: 118-126).
- 6 Optou-se pelo uso do plural porque se considera que diferentes movimentos de “reprocessamento” do objecto do Serviço Social ocorreram quer na Europa, quer nos Estados Unidos e Canadá, quer nos países da América Latina, com especial destaque para o Brasil, entre as décadas de sessenta e setenta do século XX. Não cabendo aqui realizar um estudo aprofundado sobre estes movimentos, vale a pena referir que não se tratou de um processo único, reconhecendo porém que o movimento corporizado pelos assistentes sociais brasileiros foi o que maior influência parece ter tido no Serviço Social português.
- 7 A título de exemplo, destaca-se o movimento GRAAL, o Serviço de Promoção Social Comunitária da Direcção Geral de Assistência, a Obra Diocesana de Promoção Social do Porto e o Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Coimbra.
- 8 A este propósito vale a pena consultar a perspectiva de Marc-Henry Soulet, quando propõe a distinção entre trabalho social generativo e trabalho social paliativo (2007).
- 9 No conjunto das 30 entrevistas recolhidas em vista à tese de doutoramento (Amaro, 2009) foram apontadas pelos profissionais lacunas na formação referentes, por exemplo, à falta de consistência e de operacionalidade da formação específica em Serviço Social, à escassez de instrumentos e técnicas, às metodologias específicas e à identidade profissional.
- 10 A amostra foi constituída por 30 assistentes sociais, divididos em três subgrupos fundamentais: produtores científicos (PC), decisores políticos (DP) e interventores reflexivos (IR) (Amaro, 2009).
- 11 Para aprofundamento deste tema, vide entre outros Branco (2008); Martins (2006, 2008).

- 12 Sublinhada pela profusão desregulada e mercadológica da oferta formativa nesta área profissional.
- 13 Sobre o percurso da investigação em Serviço Social, em Portugal, na Europa e na América do Norte, vide Dossier da Revista Locus Soci@l, nº1, 2008, CESSS/FCH-UCP in <http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial>.
- 14 De acordo com a matriz proposta noutro texto (Amaro, 2008), uma tal visão da profissão inscreve-se no campo paradigmático do interpretativismo, ou seja, trabalha ao nível do sujeito e almeja a regulação e a ordem.
- 15 Está actualmente em curso o processo de revisão desta definição.
- 16 Estes factores são também evidenciados pelos resultados provisórios de um estudo conduzido por Isabel Passarinho sobre a identidade dos assistentes sociais (2008: 26).
- 17 É de referir que apenas sete teses de doutoramento em Serviço Social foram até ao momento publicadas (Rodrigues, 1999; Nunes, 2004; Martins, 1999; Almeida, 2001; Rodrigues, 2007, Santos, 2009 e Mouro, 2009)
- 18 É de notar que muitos dos assistentes sociais que se têm dedicado a uma vida académica centraram o seu desempenho profissional mais na missão de ensinar do que na missão de produzir e publicar conhecimento sistematizado e de desenvolver uma permanente actividade de investigação e reflexão. Assim, mesmo no âmbito das escolas de Serviço Social, a produção intelectual é de uma surpreendente escassez. Veja-se, a título ilustrativo, que existem apenas duas publicações periódicas nesta área – Revista Intervenção Social e Revista Locus Soci@l – sendo que a primeira, desde 2005, tem tido um ritmo incerto de publicação, e a segunda editou o seu primeiro número apenas em Dezembro de 2008.
- 19 O termo obscurantismo é aqui utilizado para aludir a uma falta de clareza na colocação, no alcance e nas implicações das ideias aplicadas à análise do Serviço Social, e não com o sentido de ignorância e falta de instrução, que também lhe pode ser atribuído.
- 20 É de notar que o Serviço Social não consta ainda como área científica na Fundação para a Ciência e Tecnologia, entidade responsável pela gestão e financiamento público da investigação académica. Esta circunstância leva a que todas as propostas de investigação por parte de assistentes sociais sejam sempre avaliadas no âmbito da área de sociologia e demografia.
- 21 É nesta linha que surge a chamada evidence-based practice.
- 22 Com origem em diferentes áreas das ciências sociais, a discussão e a crítica a este modelo de ciência tem sido muito acentuada. Em Portugal, com direcções distintas e a título meramente ilustrativo podem indicar-se os seguintes autores: Hermínio Martins (1996), Boaventura Sousa Santos (1995 [1987]); José Luís Garcia (2004); Machado Pais (2002) e Bragança de Miranda (1994).



## Peer Review Process

Recepção artigo | 17/11/2009  
*Paper reception*

Admissão artigo | 26/11/2009  
*Paper admission*

Arbitragem anónima por pares | 20/02/2010; 20/03/2010  
*Double blind peer review*

Aceitação artigo para publicação | 12/04/2010